

Papel da Auditoria na Qualidade das Informações Contábeis

Profa. Paula Nardi

Auditoria: Qualidade da informação contábil

Introdução



2

Auditoria: Qualidade da informação contábil

Objetivo da Informação Contábil

- Registro econômico: informativo
- Responsiva às necessidades dos usuários
- Características
 - Representação fidedigna
 - Materialidade
 - Confiabilidade
 - Tempestividade
 - Compreensibilidade
 - Comparabilidade

Informação útil para que os usuários possam prever montantes e riscos de fluxos futuros!

3

Auditoria: Qualidade da informação contábil

Informação Contábil

- Sua qualidade depende
 - Das normas do país
 - Fatores institucionais
 - Estágio de desenvolvimento do mercado de capitais
 - Estrutura de capital das empresas
 - Concentração de propriedade
 - Sistema tributário vigente

4

Auditoria: Qualidade da informação contábil

O que é auditoria?

Conjunto de procedimentos técnicos que tem por objetivo a emissão de relatório sobre sua adequação, consoante os Princípios de Contabilidade e pertinente à legislação específica, a fim de evitar situações que propiciem fraudes, desfalques e subornos.

- Deve agregar **confiabilidade**!



5

*Crepaldi (2013)

Auditoria: Qualidade da informação contábil

Papel da auditoria da qualidade da informação

- O impacto do auditor na qualidade da informação deriva do seu papel em **mitigar** a **má interpretação** (intencional ou não) da realidade econômica e financeira.*
- Resumindo...

Intermediador de informação, fornecendo um "**atestado**" da qualidade das demonstrações contábeis!

6

* Dechow et al (2010)

Papel da auditoria na qualidade da informação

- A qualidade da auditoria está relacionado com 2 atributos:

- **Competência**
- **Independência***

□ Estrutura filosófica da auditoria

- Quanto maior a qualidade da auditoria, maior a qualidade da informação contábil.**



* DeAngelo (1981) ** Braunbeck (2010)

Contribuições da Auditoria

- Reduz **assimetria** de **informação**
 - Por meio de exames e validação das informações reportadas
 - Revisão das informações deve ser de maneira **crítica**
- Deve se preocupar com os erros que podem levar os leitores das demonstrações a uma interpretação errônea
- Atua na **redução** dos **conflitos** de **agência**

8

Contribuições da Auditoria

- Aspecto **Administrativo**
 - Redução de ineficiência e negligência
- Aspecto **Patrimonial**
 - Melhor controle dos bens
- Aspecto **Fiscal**
 - Precisão e garantia em acordo com os princípios
- Aspecto **Financeiro**
 - Resguarda créditos de terceiros
- Aspecto **Econômico**
 - Exatidão nos custos, veracidade dos resultados, defesa dos interesses dos titulares do patrimônio

Atuação da Auditoria

- Acompanha/identifica sinais de alerta:
 - Discrepância de salários
 - Funcionário que não sai de férias
 - Concessão de bônus significativo
 - Necessidade de manter tendência de lucro
 - Declínio na demanda de clientes
 - Necessidade de manter *covenants*
 - Transações entre partes relacionadas

10

Rodízio - Pesquisas

- A cada **5 anos**
- A troca de auditoria contribui para a independência e redução do gerenciamento de resultados, mas a falta de conhecimento da nova auditoria sobre a empresa pode reduzir a qualidade de sua atuação e da informação contábil.*



* Azevedo e Costa (2012)

Revisão por Pares

- Verificar documentação
- Obtenção, análise e avaliação das políticas de controle de qualidade
- Confirmar estrutura de controle interno confrontando papéis de trabalho (amostra de trabalho)
- Discutir e indagar com auditor-revisado
- **Ciclo**
 - A cada 4 anos!

12

Revisão por Pares

- Auditor Revisado terá nova revisão no ano subsequente quando
 - Auditor revisor emitir relatório com opinião **adversa** ou **abstenção** de opinião
 - Relatório não aprovado pelo CRE (Comitê Administrador da Revisão Externa de Qualidade)

13

Relatório Final

- Uniformidade na aplicação dos princípios de contabilidade
- Trabalho de **Asseguração**
- As demonstrações não podem atender às necessidades específicas de todos os usuários, mas satisfaz as informações de uma ampla gama de usuários!

14

Conduta da Auditoria

- **Bom-senso** nos procedimentos
 - É um estado de ideias
 - Julgamentos lógicos, sem rigidez nas conclusões
 - Baseado em Princípios:
 - Tolerância dentro do que é justo
 - Abandono de detalhes que prejudiquem a finalidade
 - Equilíbrio e serenidade
 - Ausência completa de paixões

15

Conduta da Auditoria

- **Autoconfiança**
 - Quem duvida, realiza com dificuldade ou não realiza o que pretende!
- **Sigilo**
 - Permanece mesmo após terminados os compromissos contratuais
- Discrição
- Capacidade prática
- **Sentido objetivo**
 - Para não se afastar do fim proposto
- Liberdade de pensamento e ação

16

Conduta da Auditoria

- Meticulosidade
- Perspicácia
 - Sagacidade
- Pesquisa permanente
- Finura de trato e humanidade
- Educação continuada

17

Relatório dos Auditores Independentes

Um novo modelo de relatório...

- Novos requerimentos para o relatório
 - International Auditing and Assurance Standards Board – IAASB
- Reino Unido adota desde 2013.
 - Mais informações sobre:
 - receitas, provisões, fusões e aquisições
- Vigência
 - 31/12/2016
- Deixa de ser pessoal e excessivamente padronizado

19

Um novo modelo de relatório...

- Principais pontos a destacar:
 - Assuntos comunicados aos responsáveis pela governança
 - Assuntos que exigiram atenção significativa do auditor na execução da auditoria
 - Principais assuntos de auditoria

20

KPMG - <https://home.kpmg.com/br/pt/home/services/auditoria-asseguracao/novo-relatorio-auditor.html>

Um novo modelo de relatório...

- Nova ordem
 - 1º parágrafo: Opinião da auditoria
 - “Em nossa opinião, as demonstrações contábeis apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes,... de acordo com [a estrutura de relatório financeiro aplicável]” ou
 - Ressalva, opinião adversa, abstenção de opinião
 - 2º parágrafo: Base para opinião
 - auditoria conduzida em conformidade com as normas de auditoria
 - as responsabilidades do auditor
 - declaração de que o auditor é independente

Fonte: NBC TA 700

21

Um novo modelo de relatório...

- Nova ordem
 - 3º parágrafo: Continuidade Operacional
 - 4º parágrafo: Principais assuntos de auditoria
 - NBC TA 701
 - 5º parágrafo: Outras informações
 - 6º parágrafo: Responsabilidade da administração
 - 7º parágrafo: Responsabilidade dos auditores

Fonte: NBC TA 700

22

NBC TA 701

- 7. Os **objetivos** do **auditor** são **determinar** os **principais assuntos** de auditoria e, tendo formado uma **opinião**..., comunicar... no seu relatório.

Principais assuntos de auditoria: aqueles que, segundo o julgamento do auditor, foram os mais significativos nas DFPs e são selecionados entre os assuntos comunicados aos responsáveis pela governança

23

NBC TA 701

- Considerar:
 - áreas avaliadas como de maior risco de distorção relevante ou riscos significativos identificados;
 - julgamentos significativos do auditor relativos às áreas que também envolveram julgamento significativo por parte da administração
 - estimativas contábeis
 - fatos ou transações significativos

24

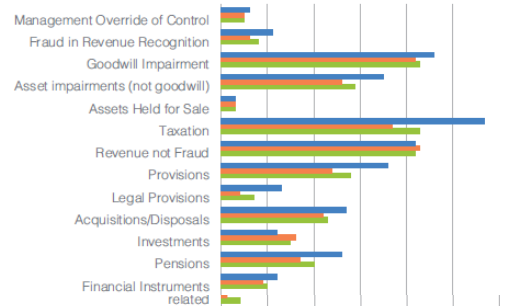
NBC TA 701

❑ Não divulgar se:

- lei ou regulamento proíba a divulgação pública do assunto
- auditor conclua que o assunto não deva ser comunicado... porque as consequências negativas de tal divulgação poderiam... superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

25

No Reino Unido...



Fonte: Extended Auditor's reports: a further review of experience - FRC - Financial Reporting Council

5

Normas para sua preparação

- ❑ Declarar que as demonstrações estão em conformidade com os PCGA
- ❑ Os PCGA foram aplicados consistentemente entre 2 períodos
- ❑ O relatório deve ser sobre as demonstrações tomadas em conjunto
- ❑ Se não for possível emitir o relatório, deve-se declarar os motivos
- ❑ A data deve corresponder ao do dia de encerramento dos trabalhos de auditoria

27

Relatório

- ❑ Quando houver necessidade de modificação de relatório emitido no período anterior por outro auditor?

28

Tipos de Relatório

- ❑ Relatório **sem ressalva ou ênfase**
- ❑ Relatório **com** parágrafo de **ênfase**
- ❑ Relatório **com ressalva**
- ❑ Relatório **com** parágrafo de **outros assuntos**
- ❑ Relatório **com opinião adversa**
- ❑ Relatório **com abstenção de opinião**

29

Parecer sem ressalva

- ❑ Relatório **"limpo"**

- ❑ As demonstrações contábeis seguem os PCGA

- ❑ Há apropriada divulgação de todos os assuntos relevantes



30

Exemplo

Pareceres e Declarações / Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva

Aos Administradores e Acionistas

Guararapes Confeções S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Guararapes Confeções S.A. (a "Companhia" ou "Controladora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Guararapes Confeções S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Guararapes Confeções S.A. e da Guararapes Confeções S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

31

Exemplo

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Porque é um PAA

Parágrafo explicando/definindo o PAA!

32

Exemplo

Perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa (Nota 13 das demonstrações financeiras)

A Companhia, por meio de sua controlada Lojas Riachuelo S.A. ("Riachuelo" ou "Lojas Riachuelo"), realiza vendas diretamente a consumidores que são, em sua maioria, pessoas físicas. A Riachuelo, por sua vez, através de sua controlada indireta Midway Financeira S.A. ("Midway Financeira"), oferece crédito a tais consumidores finais, através da emissão de cartões de crédito da própria Lojas Riachuelo ou através de operação de crédito direto ao consumidor.

Consideramos a estimativa do risco de perdas com recebíveis, originados dessas operações de crédito, como uma área de atenção de auditoria, tendo em vista a deterioração da economia e aumento da inadimplência, a relevância dos montantes envolvidos, a alta pulverização dos valores (ticket médio baixo), os julgamentos envolvidos na determinação do valor de provisão para perdas na realização das operações créditos, bem como os acordos de renegociação de dívidas, que eventualmente podem não ser adequadamente considerados na avaliação de risco na realização dos recebíveis.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Dentre outros, efetuamos os seguintes procedimentos de auditoria:

- Entendemos e avaliamos as políticas da administração e confirmamos que a política de estimativa e registro de perdas com recebíveis foi efetivamente aplicada e de maneira consistente.
- Testamos, através de recálculo, os valores apurados para fins de registro de expectativa de perdas, considerando os critérios estabelecidos.
- Testamos o critério adotado pela administração mencionado no item (i) acima para avaliarmos se a política foi aplicada para a contraparte como um todo e não somente para o título vendido.
- Testamos se os acordos e parcelamentos foram adequadamente considerados na avaliação do risco de perda em conjunto com as demais operações de crédito da Companhia.

Nossos procedimentos indicaram que as perdas foram estimadas e reconhecidas de acordo com critérios e premissas razoáveis, no contexto das demonstrações financeiras da Companhia.

Exemplo

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

34

Exemplo

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam enganar a leitura de uma informação razoável. As distorções são avaliadas em termos de seu impacto sobre as decisões tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Depois de 4 páginas inteiras...

Recife, 14 de março de 2017

PricewaterhouseCoopers

Auditores Independentes

CRC 25P000160/O-5 "S" RN

Jose Vital Pessoa Monteiro Filho

Contador CRC 1PE016700/O-0 "S" RN

Relatório com Ressalva



□ Emitido se,

- obtido **evidência apropriada e suficiente**, concluir que:

- as **distorções**, individualmente ou em conjunto, **são relevantes, mas não generalizadas**

- não** consegue **obter evidência** apropriada e suficiente para suportar sua opinião, mas conclui que os **possíveis efeitos de distorções não detectadas**, se houver, poderiam ser relevantes, mas não generalizados!

36

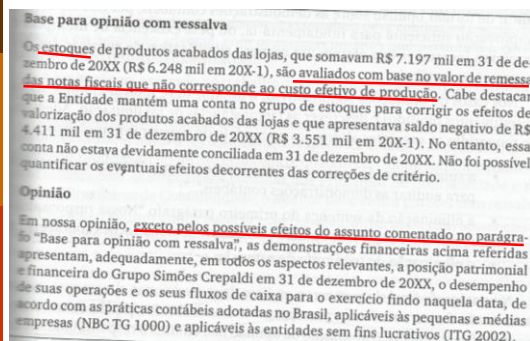
Relatório com Ressalva



- Procedimento contábil em **desacordo** com as práticas contábeis, indicados pelas expressões:
 - *Exceto quanto*
 - *Exceto pelos efeitos*
- Motivos que levam a essa opinião
 - Ocorrência de limite na extensão do trabalho de auditoria
 - Identificação de eventos futuros relevantes
 - Não uniformidade na aplicação dos princípios contábeis

37

Relatório com Ressalva



38

Relatório com Opinião Adversa

- Obter **evidência** de auditoria **apropriada** e **suficiente**, conclui que:
 - as distorções, individualmente ou em conjunto, são
 - **relevantes e**
 - **generalizadas**
- Auditor deve descrever a natureza das divergências e seus efeitos sobre a posição patrimonial, financeira e resultado do exercício

39

Relatório com Opinião Adversa

Base para opinião adversa

Conforme explicado na nota 5, a Companhia **não consolidou** as **demonstrações** financeiras da controlada Beta SA, que foi adquirida durante 20X1, devido não ter sido possível determinar os valores justos de certos ativos e passivos relevantes dessa controlada na data da aquisição. Esse investimento, portanto, está contabilizado com base no custo. ...

40

Relatório com Abstenção de opinião

- Há abstenção de opinião quando:
 - **não** consegue **obter evidência** de auditoria **apropriada e suficiente** para suportar sua opinião e
 - conclui que os possíveis efeitos de distorções não detectadas, se houver, podem ser
 - **relevantes** e **generalizadas**

A abstenção de opinião não elimina a responsabilidade do auditor de mencionar qualquer desvio relevante que seria incluído como ressalva!

41

Abstenção de opinião

Base para abstenção de opinião

O investimento da empresa no empreendimento XYZ (localizado no País X e cujo controle é mantido de forma compartilhada) está registrado por \$ xxx no balanço patrimonial da Companhia ABC, que representa mais de 90% do seu patrimônio líquido em 31 de dezembro de 20X1. Não nos foi permitido o acesso à administração e aos auditores da XYZ, incluindo a documentação de auditoria do auditor da XYZ. Consequentemente, **não nos foi possível determinar se havia necessidade de ajustes em relação à participação** proporcional da Companhia nos ativos da XYZ, que ela controla em conjunto, assim como sua participação proporcional nos passivos da XYZ, pelos quais ela é responsável em conjunto, e sua participação proporcional nas receitas, despesas e nos elementos componentes das demonstrações das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data.

Abstenção de opinião

Devido à relevância do assunto descrito no parágrafo Base para abstenção de opinião, **não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião** de auditoria. Consequentemente, não expressamos uma opinião sobre as demonstrações contábeis acima referidas.

42

Parágrafo de Ênfase

- Assunto apropriadamente apresentado que é fundamental para o entendimento dos usuários
 - Incerteza quando a futuro litígio
 - Aplicação antecipada de nova norma contábil com efeito generalizado
 - Grande catástrofe

43

Parágrafo de Outros Assuntos

- Assunto não apresentado nas demonstrações
- Relevante para entendimento dos usuários

44

Ênfase

Ênfase

Chamamos a atenção para a Nota X às demonstrações contábeis, que descreve a incerteza relacionada com o resultado da ação judicial movida contra a Companhia pela Empresa XYZ. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Ênfase

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que pressupõem a continuidade operacional. A Companhia tem apresentado prejuízos operacionais recorrentes e capital de giro negativo... Consequentemente a manutenção das atividades da Companhia e a liquidação de suas obrigações dependem do aporte de recursos financeiros de seu acionista controlador, geração de novas receitas e a renegociação da dívida com os seus credores, até o momento em que a suas operações produzam recursos suficientes para a recomposição de sua situação financeira. As demonstrações financeiras em... não contemplam nenhum ajuste relativo à recuperação dos ativos da Companhia ou a liquidação de seus passivos em decorrência dessa incerteza.

45

Ênfase

Ênfase

Conforme mencionado nas notas x e y, a Companhia incorreu em custos de desenvolvimento de certos produtos novos, os quais, de acordo com as estimativas e projeções da administração, começarão a ser absorvidos pelas receitas das operações, considerando o início dessas atividades operacionais em... Adicionalmente, conforme mencionado na nota..., durante os exercícios de ... e ..., a administração contabilizou créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre prejuízos fiscais e base negativa, no montante de \$... A realização do referido montante está condicionada à efetiva geração dos resultados tributáveis, previstos pela administração da Companhia para os próximos exercícios. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto"

46

Relatório do auditor

- Quando demonstrações contábeis de controladas ou coligadas são auditadas por outros auditores?
- Demonstrações contábeis condensadas

47

Resumindo...

	Evidência apropriada e suficiente	Sem Evidência apropriada e suficiente
Efeito relevante e não generalizado	Ressalva	Ressalva
Efeito relevante e generalizado	Opinião Adversa	Abstenção de Opinião
Ênfase		
Outros Assuntos		

48

Relatório Comentário

- Índice
- Introdução
 - "Realização do exame de acordo com as normas brasileiras de auditoria, visando à emissão de um parecer sobre as demonstrações, este exame, portanto não necessariamente revela todos os problemas"
- Comentários e sugestões
 - Situações constatadas
 - Influências ou consequências
 - Sugestões ou recomendações

49

Relatório Comentário

- Exemplo: Caixa e bancos

Existia, em 31 de dezembro de 20X1, na conta corrente do Banco do Brasil SA, um saldo de R\$ 10.000.000 sem ser movimentado nos últimos quatro meses.

Caso esse numerário tivesse sido aplicado a uma taxa de mercado, para o período de tempo referente a sua não utilização, a empresa teria tido um rendimento adicional de R\$ 2.000.

Recomendamos que sejam acompanhadas as folgas de caixa, no sentido de que os recursos em excesso às necessidades normais sejam devidamente aplicados.

50

Relatório Comentário

- Exemplo: Estoques

Observamos que o Almoxarifado não tem conhecimento de dados para determinar estoques mínimos e máximos.

As informações para estabelecimento do nível de estoques são importantes no sentido de evitar que falem materiais essenciais ao estoque, e também, para que não sejam comprados materiais além das necessidades normais.

Sugerimos que informações sobre estoques mínimos e máximos sejam dadas ao Almoxarifado pelo Departamento de Planejamento.

51

CASOS - Relatórios dos Auditores Independentes

Impostos – Banco Rural, 2011



Relatório de Auditoria



BANCO RURAL. HÁ 48 ANOS O BANCO DE CRÉDITO DAS PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Srs. Acionistas,

A Administração do Banco Rural S.A., em cumprimento às determinações legais e estatutárias, submete à apreciação de V. Ss. as demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2011, juntamente com o relatório dos Auditores Independentes.

As demonstrações financeiras apresentam eventos relevantes que impactaram os resultados. Alguns são de ordem conjuntural e regulatória, outros são decorrentes de decisões estratégicas, como a de sair do segmento de crédito consignado, que deixou de ser atraente para o negócio. Medidas como essa, apesar das inferências contrárias sobre o balanço em curto prazo, são fundamentais para a sustentabilidade do negócio, criando condições para melhores resultados no futuro. O crescimento expressivo da receita de operações de crédito do *middle market* contribuiu para amenizar os efeitos adversos de outros fatores e demonstrou o acerto do banco ao manter esse segmento como seu foco principal de atuação.

2) Processo de Adesão à Lei 11.941/2010

No 1º semestre de 2011, considerando os benefícios da anistia fiscal promovido pela Lei 11.941 e as melhorias expressivas para a qualidade do Balanço do Banco, consolidamos nossa adesão ao processo, cujos impactos estão refletidos no patrimônio contra ajustes de exercícios anteriores no montante de R\$ 29,5 milhões líquido dos efeitos tributários, conforme demonstrado abaixo:

Tributo	Principal	Multa	Juros	Total
Compensação IR/CS	4.503	90	3.920	8.513
Lucros auferidos no exterior	23.039	1.728	11.262	36.029
	27.542	1.818	15.182	44.542
Efeitos tributários				15.034
Efeito no Patrimônio Líquido				29.508
				\$4



Banco Rural foge da norma contábil e lucra R\$ 3 milhões no 1º semestre

A primeira página do balanço do Banco Rural, publicado na semana passada, mostra que a instituição teve um lucro líquido de cerca de R\$ 3 milhões no primeiro semestre deste ano. Magro, mas ainda assim azul. Porém, para os auditores, a instituição mineira teve um prejuízo de R\$ 26,5 milhões.

A diferença de R\$ 29,5 milhões a menos no resultado do Rural é alvo de uma ressalva da firma de auditoria que revisou os números do banco, a Ernst & Young. Uma ressalva equivale a dizer que os auditores encontraram um erro na contabilidade da instituição.

O balanço do Rural teve três ressalvas e outros dois parágrafos de ênfase, que são os pontos considerados como incertos pelos auditores. Há muito tempo, segundo dois especialistas em contabilidade de bancos consultados pelo Valor, instituições financeiras não publicavam balanços com ressalvas.

A origem da discrepância dos números está no fato de o banco Rural ter decidido parcelar dívidas tributárias, em vez de discutí-las na Justiça, por considerar que os benefícios da renegociação dos impostos seriam mais vantajosos. Ao fazer isso, porém, o banco teve de reconhecer o pagamento de R\$ 29,5 milhões ao governo.

Números controversos

E onde encaixar essa despesa no balanço? Segundo as normas contábeis, esse valor deveria representar um gasto do semestre, o que, portanto, reduziria o tamanho da última linha da demonstração de resultados - aquela que determina a distribuição dos lucros. Se isso tivesse sido feito, o banco teria ficado com um prejuízo de R\$ 26,5 milhões, ante R\$ 17,3 milhões no vermelho registrados um ano antes.

A opção do Rural foi por descontar os R\$ 29,5 milhões diretamente de outra conta, a patrimonial. Dessa forma, o resultado do semestre não foi afetado, o que determinou, ao fim, um lucro líquido de R\$ 2,9 milhões do banco.

Fonte: Valor Econômico

55

D **1** / **.** **1** **A** **1** **.**

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base para opinião com ressalva

a) Conforme mencionado na nota explicativa 19 (d), o Banco desistiu de alguns processos judiciais no primeiro semestre de 2011 e os incluiu no programa de anistia de débitos fiscais instituído pela Lei 11.941/09. Todavia, o valor do parcelamento de R\$ 44.542 mil foi reconhecido contra o patrimônio líquido como ajustes de exercícios anteriores, o que não está de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Consequentemente, os resultados do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, do Banco e do Consolidado, estão superavaliados em R\$ 29.508 mil, líquidos dos efeitos tributários.

b) Conforme mencionado nas notas explicativas 10 e 17, em 31 de dezembro de 2011 estão registrados depósitos judiciais cíveis no valor de R\$ 4.065 mil no Banco e no Consolidado, depósitos judiciais trabalhistas da controlada Banco Simples S.A. no valor de R\$ 13.951 mil no Consolidado e provisão para contingências judiciais trabalhistas de R\$ 13.951 mil no Banco e R\$ 69.854 mil no Consolidado, os quais se encontram em processo de conciliação com a documentação suportada. Consequentemente, para 31 de dezembro de 2011, não nos foi possível concluir sobre a adequação dos valores acima mencionados, apresentados nas respectivas rubricas.

Os Nossos exames das atividades Investimentos Seguros e Previdência S/A e Investimentos Seguradora S/A. Identificamos **padrões sem composição analítica ou com diferenças não conciliadas** nas seguintes contas e valores em 31 de dezembro de 2011: (i) Ativo circulante: prêmios a receber, créditos das operações com previdência complementar, operações com resseguradoras, ativos de resseguro – provisões técnicas e outros créditos no valor total de R\$ 6.344 mil; e (ii) Passivo circulante: operações com resseguradoras, depósitos de terceiros, provisões técnicas – previdência complementar e provisão matemática de benefícios previdenciários. Os valores apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2011.

Belo Horizonte, 5 de março de 2012.

ERNST & YOUNG TERCO
Audidores Independentes S.S.
CRC 2SP015199/O-6 "E" - MG

Eduardo Braga Perdigão
Contador CRC 1CE 013.803/O-8-“S”- MG

“Técnicamente, achamos que temos razão porque o parcelamento se refere a ações judiciais de muitos anos atrás. Não está relacionado a este ano”, diz João Heraldo dos Santos Lima, presidente do banco Rural, que tem um ativo total de R\$ 4,5 bilhões, 54,47% maior do sistema financeiro do Brasil.

Relatório de Auditoria



Insolvente, Rural é liquidado pelo BC

Por Alex Ribeiro, Marcos de Moura e Souza e Carolina Mandl | De Brasília, de Belo Horizonte e de São Paulo

Compartilhar:

Um passivo a descoberto da ordem de R\$ 400 milhões levou à liquidação do Banco Rural pelo Banco Central na sexta-feira, afirmam fontes oficiais. A saída de cena do Rural se dá oito anos depois de o banco ter seu nome envolvido no escândalo do mensalão.

59

Relatório de Auditoria



Rural precisava de injeção de R\$ 1,2 bi

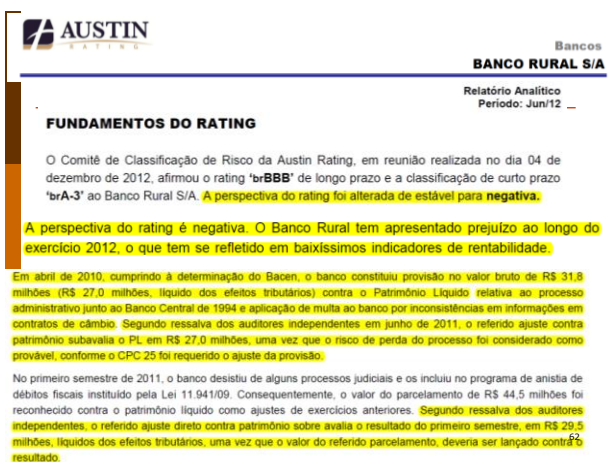
Por Alex Ribeiro, Marcos de Moura e Souza, Carolina Mandl e Talita Moreira | De Brasília, de Belo Horizonte e de São Paulo

Compartilhar:    

Abalado de forma decisiva pelo seu envolvimento no mensalão, o Banco Rural, liquidado na sexta-feira pelo Banco Central, necessitava de uma injeção de capital de cerca de R\$ 1,2 bilhão. Como não foi feita, abriu-se um passivo a descoberto de US\$ 400 milhões.

60

Quais foram as consequências desta posição da auditoria independente para o Banco Rural?





O banco nacional
do desenvolvimento

Ativo Disponível para Venda – BNDES, 2012

DFP's seguindo regras do BACEN

Base para opinião com ressalva

Conforme descrito na nota explicativa 27, a administração do Banco manteve registrado na conta de ajuste de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2012, um ajuste negativo no montante de R\$ 2.380 milhões, líquido dos efeitos tributários, correspondente à perda de caráter permanente em certos investimentos em ações classificadas na categoria disponível para venda, conforme requerido pela Resolução nº 4.175/12 do Conselho Monetário Nacional. As práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que tem por objetivo a apresentação adequada da posição patrimonial e financeira, do desempenho operacional e dos fluxos de caixa, requerem que o ajuste negativo em ações considerados como perda de caráter permanente seja apropriado em despesa no período em que ocorrer. Em 31 de dezembro de 2012, o montante de perda considerada de caráter permanente, líquida dos efeitos tributários, mantida no patrimônio líquido é de R\$ 2.380 milhões. Consequentemente, o lucro líquido individual e consolidado do exercício e semestre, findos em 31 de dezembro de 2012, está aumentado em R\$ 2.380 milhões, após os efeitos tributários.

64



65



BANCO CENTRAL DO BRASIL

RESOLUÇÃO Nº 4.175, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2012

Estabelece critérios para registro contábil das variações a preços de mercado de ações recebidas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) em transferência da União para aumento de capital e classificadas na categoria "títulos disponíveis para venda".

O Banco Central do Brasil, na forma do art. 9º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, torna público que o Conselho Monetário Nacional, em sessão extraordinária realizada em 27 de dezembro de 2012, com base no art. 4º, incisos VIII e XII, da referida Lei, e tendo em vista o disposto no art. 61 da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009,

RESOLVEU:

Art. 1º O valor das ações recebidas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) em transferência da União para aumento de capital e classificadas na categoria "títulos disponíveis para venda", na forma da Circular nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, deve ser ajustado pelo valor de mercado, no mínimo por ocasião dos balancetes e balanços, computando-se a valorização ou a desvalorização em contrapartida a conta destacada do patrimônio líquido.

§ 1º A metodologia de apuração do valor de mercado e o registro desses ativos devem observar os critérios, condições e parâmetros previstos na Circular nº 3.068, de 2001.

§ 2º Os ganhos ou perdas registrados em conta destacada do patrimônio líquido devem ser transferidos para o resultado do período quando da venda ou transferência desses ativos.

Art. 2º O disposto no art. 6º da Circular nº 3.068, de 2001, não se aplica às ações mencionadas no art. 1º que representem no máximo 25% (vinte e cinco por cento) da carteira de títulos e valores mobiliários.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo
Presidente do Banco Central do Brasil, substituto

Este texto não substitui o publicado no DOU de 28/12/2012, Seção 1, p. 61, e no Sisbacen.

67

O que chama atenção no caso é que, ao que tudo indica, a não realização da baixa foi uma decisão do controlador do BNDES.

O banco fez isso porque seguiu a resolução 4.175 do Conselho Monetário Nacional (CMN), editada no apagar das luzes de 2012, no dia 27 de dezembro. Nela, o CMN

Caso a perda com as ações da Eletrobras tivesse sido registrada e o lucro do período tivesse somado R\$ 5,8 bilhões, as reservas teriam despencado para R\$ 2,66 bilhões - reduzindo o espaço para pagamento de dividendos gordos ao Tesouro neste ano (ao menos nas vias tradicionais).

Fonte: Valor Econômico, 08/08/2013

68

Diversos – Teka, 2012



MAS....



. Empréstimos e financiamentos

- Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia apresenta contabilizado operações de empréstimos e financiamentos no montante de R\$ 246.159 mil controladora (R\$ 266.416 mil em 31.12.2011) e R\$ 249.272 mil consolidado (R\$ 270.665 mil em 31.12.2011). Deste montante total, operações no valor de R\$ 125.824 mil (controladora e consolidado), de acordo com os controles apresentados, indicaram atualização dessas operações (dos encargos financeiros) com taxas de juros inferiores às cláusulas contratuais firmadas. Não foi possível, na ocasião, apurar o montante total dos encargos não contabilizados.

- Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia apresenta contabilizado operações com Debêntures no montante de R\$ 39.420 mil (R\$ 36.876 mil em 31 de dezembro de 2011). Essas operações encontram-se com seus pagamentos em atraso, havendo, portanto, encargos não reconhecidos no montante aproximado de R\$ 2.000 mil.

73

b) Demonstrações Financeiras Consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standard Board - IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e pronunciamentos emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade e pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários.

70

. Impostos a recuperar

Conforme descrito na nota explicativa 10 - Impostos a recuperar, a Companhia, em 13 de novembro de 2011, obteve êxito na ação que objetiva a compensação dos saldos negativos de imposto de renda das pessoas jurídicas e base negativa da contribuição social sobre o lucro líquido com tributos da mesma espécie e sem as limitações impostas pelo Ato Declaratório 3/2000 e nos moldes das Leis nos 9640/00 e 9430/96. Para apurar o valor do crédito fiscal, contratou-se empresa especializada para o levantamento do montante. A Companhia contabilizou, a esse título, com base em levantamento elaborado por aquela empresa especializada, o montante de R\$ 414.619 mil (quatrocentos e quatorze milhões e seiscentos e noventa mil Reais) no exercício de 2012 de créditos referente ao período de apuração de 1997 à 2011, incrementando o resultado do exercício de 2012. A homologação desses créditos depende de avaliação da Receita Federal do Brasil - RFB. Além disso, os registros dessas receitas estão sendo efetuados no exercício de 2012, quando o adequado, se livre de qualquer contestação, em nossa opinião, seria no resultado do exercício de 2011. Apesar do trânsito em julgado dessa ação judicial, em análise jurídica do processo há a possibilidade de ação rescisória.

72

. Fornecedores

Na conta de Fornecedores, a Companhia, em 31 de dezembro de 2012, apresenta aproximadamente R\$ 129.549 mil de dívidas pactuadas (confissão de dívida). Entretanto, devido às dificuldades financeiras, a Companhia deixou de cumprir esses contratos, havendo, portanto, a necessidade de apuração do novo valor devido de acordo com as cláusulas contratuais de cada dívida pactuada. Não foi possível, na ocasião, apurarmos o efeito dessa atualização nas demonstrações financeiras.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

74



??????? – Banco Panamericano, 2010

FRAUDE NO BANCO PANAMERICANO

UM ROMBO DE 2,5 BILHÕES DE REAIS?

Uma das perguntas sem resposta sobre a fraude de Panamericano é como tantas auditorias internas e externas, além do Banco Central, não conseguiram descobrir a fraude durante quatro anos. Confira abaixo os locais por onde passaram as contas de Panamericano, dentro e fora do banco:

- Conselho fiscal:** fiscaliza a situação financeira da empresa. O conselho fiscal possui no mínimo três membros efetivos e três suplentes não ligados ao banco.
- Conselho de administração:** responsável por definir as diretrizes da instituição financeira.
- Auditores internos:** trabalhadores do Panamericano cuja responsabilidade é conferir os documentos e práticas operacionais do banco.
- Diretoria:** altos executivos e gestores que trabalham diretamente na instituição financeira.
- Deloitte:** empresa responsável por analisar as informações e a veracidade dos balanços do Panamericano.
- Banco Central:** dentro da autoridade monetária há a diretoria de Fiscalização, responsável pela fiscalização dos bancos.
- CVM:** A Superintendência de Relações com Empresas tem como objetivo verificar se as companhias que estão no mercado aberto divulgam dados corretos.
- KPMG/Banco Fator:** A empresa de auditoria KPMG foi contratada pelo Banco Fator, que assessora a Caixa na negociação para compra de uma falta do Panamericano.
- Caixa:** Grupo de participações CaixaPar, controlador da Caixa (Econômica Federal) e que conduziu a negociação para a compra do Panamericano. Os auditores internos são responsáveis pelo trabalho de auditoria da Caixa.

49% capital
2010: A DESCOBERTA DA FRAUDE
Banco Central identifica rombo negativo nos resultados contábeis de 2009
UM ROMBO DE 2,5 BILHÕES DE REAIS?
Contas do Panamericano foram fraudadas durante 4 anos e, mesmo assim, nenhum órgão detectou

Fonte: <http://veja.abril.com.br/infograficos/fraude-banco-panamericano/>

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO					
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008 e para o semestre findo em 31 de dezembro de 2009 (Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação - R\$)					
Nota explicativa	Banco		Consolidado		
	2º Semestre 2009	Exercício 2009	Exercício 2008	2009	2008
RECEITAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	1.513.166	2.668.088	2.500.214	3.190.268	2.747.974
Receitas de operações de crédito	26	1.331.198	2.325.743	2.189.153	2.820.290
Resultado de operações de arrendamento mercantil	-	-	-	271.162	264.098
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	181.920	342.281	116.014	98.752	79.605
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	6.c	-	-	188.469	-
Resultado das aplicações compulsórias	-	-	6.391	-	6.391
Resultado de operação de câmbio	48	64	187	64	187

ATIVO	Nota explicativa	Banco		Consolidado	
		dez/10	nov/10	dez/10	nov/10
Operações de crédito	8	2.044.236	1.947.752	2.857.322	2.775.557
Operações de crédito - setor privado (Provisão para créditos de liquidação duvidosa)	9	2.973.783	2.942.363	3.877.388	3.880.840
Operações de crédito	8	3.316.821	2.844.587	4.490.229	3.973.724
Operações de crédito - setor privado		3.316.821	2.844.587	4.490.229	3.973.724
TOTAL DO ATIVO		11.583.122	11.186.872	13.174.533	13.081.899

foram conduzidos de acordo com as normas brasileiras de auditoria e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos do Banco, de suas controladas e das entidades de propósito específico representadas por fundos de investimento em direitos creditórios; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração do Banco, de suas controladas e das entidades de propósito específico representadas por fundos de investimento em direitos creditórios, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. 3. **Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, do Banco Panamericano S.A. e**

controladas e entidades de propósito específico representadas por fundos de investimento em direitos creditórios em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, os resultados de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido (controlador), os seus fluxos de caixa e os valores adicionados nas operações correspondentes aos exercícios findos naquelas datas e ao semestre findo em 31 de dezembro de 2009, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2010

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8
Osmar Aurélio Lujan
Contador - CRC nº 1 SP 160203/O-1



AUDITORES INDEPENDENTES

O Banco Panamericano, no exercício, de acordo com o teor da Instrução CVM nº 381, não contratou e nem teve serviços prestados pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, não relacionados à auditoria externa em patamares superiores a 5% do total dos custos desta. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do Auditor, de acordo com critérios internacionalmente aceitos, ou seja, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover interesses deste.

CASO EQUIPAV MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES SA

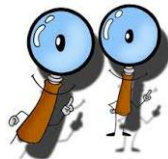
81

O Relatório da Auditoria...

adotadas no Brasil. **Ênfase:** Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 8 às demonstrações financeiras que descreve o fato que parte substancial das operações com partes relacionadas é mantida em condições específicas e em montantes significativos, pelo seu valor original e sem prazo previsto para liquidação. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto. São Paulo, 05 de setembro de 2014. **KPMG Auditores Independentes** - CRC 2SP014428/O-6; **Fernando Rodrigues Nascimento** - Contador CRC 1SP244524/O-1.

82

Onde está a Nota 8?



6. Contas a receber de clientes:	Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012
Contas a receber de clientes	9.021	6.926
Partes relacionadas (nota explicativa nº 8)	883	1.777
Cheques em cobrança	28	53
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.205)	(1.079)
	8.727	7.677
A exposição da Companhia e suas controladas a riscos de crédito e moeda e análises de sensibilidade para os ativos e passivos estão apresentadas na nota explicativa nº 24. A composição dos saldos a receber de terceiros por idade de vencimentos pode ser assim apresentada:		
	Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012
Créditos a vencer	6.274	5.136
Créditos em atraso até 30 dias	1.079	467
Créditos em atraso de 31 a 180 dias	463	244
Créditos em atraso acima de 181 dias	1.205	1.079
	9.021	6.926
Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a Administração, com base em sua avaliação do risco de crédito e histórico de recebimento dos clientes, entende que se faz necessária a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre o saldo de contas a receber em atraso acima de 181 dias que representa a perda histórica, abaixo segue a movimentação da provisão ao longo dos exercícios:		
	Consolidado	
	31/12/2013	
Saldo inicial em 1/1/12	-	
Atualização provisão	(1.079)	
Saldo em 31/12/12	(1.079)	
Atualização provisão	(193)	
Reversão provisão	67	
Saldo em 31/12/13	(1.205)	
7. Estoques:	Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012
Produtos acabados	4.438	5.225
Estoque de materiais de consumo	2.806	1.859
	7.244	7.084
Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a Administração não identificou a existência de itens considerados obsoletos, ou de baixa rotatividade que poderiam ser objeto de constituição de provisões para o ajuste ao valor de realização nas respectivas datas-bases. 8. Transações com partes relacionadas: Remuneração de pessoal-chave da administração: O pessoal-chave da administração é composto pela Diretoria eleita com base na alteração do contrato social. Os montantes referentes à remuneração do pessoal-chave da administração durante o exercício a título de benefícios de		

83

Nota 8 – O que chama sua atenção?

realização nas respectivas datas-bases. 8. Transações com partes relacionadas: Remuneração de pessoal-chave da administração: O pessoal-chave da administração é composto pela Diretoria eleita com base na alteração do contrato social. Os montantes referentes à remuneração do pessoal-chave da administração durante o exercício a título de benefícios de curto prazo no consolidado foi de R\$ 295 (R\$ 155 em 2012) na controladora e R\$ 242 (zero em 2012). A Companhia e suas controladas não possuem outros tipos de remuneração, tais como, benefícios pós-emprego (exceto pelo plano de saúde mencionado na nota explicativa nº 4 j (ii)), outros benefícios de longo prazo ou benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Controladora: A controladora final da Companhia é a L.I.V. Minérios e Participações Ltda. e CMT Minérios e Participações Ltda. que detêm cada uma 50% das quotas que representam o seu capital social. **Outras transações com partes relacionadas:** Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, bem como as transações que influenciaram o resultado dos exercícios, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem principalmente de transações com acionistas e empresas ligadas do mesmo grupo econômico. As principais operações efetuadas durante os exercícios são demonstradas no quadro a seguir: